

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VOLTALIA SÃO MIGUEL DO GOSTOSO PARTICIPAÇÕES S.A

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes.....	3
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 2(d) “Uso de estimativas e julgamento”, as controladas diretas da companhia adotaram como critério de depreciação das suas respectivas usinas o método das unidades produzidas, estimando que este é o critério que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros enquanto as turbinas ainda não estão ligadas à rede de transmissão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2017.

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8



Dominique Joseph Marcel Nezan
Contador CRC 1SP 220825/O-0

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.039	21.743	697	20.905
Contas a Receber	10	-	5.695	-	5.247
Adiantamento a Fornecedores	5	116	662	64	571
Despesas a apropriar	6	-	1.076	-	44
Dividendos a receber	14	3.589	-	515	-
Outros Ativos		732	1.703	229	1.007
Partes Relacionadas	14	44.823	-	49.939	28
Total ativo circulante		57.299	30.880	51.444	27.803
Não circulante					
Partes relacionadas	14	-	-	-	-
Despesas Antecipadas		-	-	-	-
Investimentos	7	212.002	-	146.335	-
AFAC controladas		4.460	-	50	-
Imobilizado	8	-	465.422	-	459.741
Intangíveis	9	-	14.305	-	14.305
Total ativo não circulante		216.462	479.728	146.385	474.046
Total do ativo		273.761	510.607	197.829	501.849

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Passivo	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Circulante					
Fornecedores	11	36	3.284	25	1.428
Empréstimos	13	-	16.239	-	61.622
Empréstimos com partes relacionadas	14	57.980	58.288	50.771	51.072
Debêntures Curto Prazo	15	5.132	5.132	-	-
Impostos e contribuições	12	26	1.730	32	1.659
Outras obrigações		-	-	-	-
Dividendos	14	2.134	2.134	439	439
Contas a Pagar - CCEE	10	-	-	-	1.261
Total passivo circulante		65.308	86.807	51.267	117.482
Não circulante					
Debêntures Longo Prazo	15	54.208	54.208	-	-
Empréstimos LP	13	-	214.277	-	237.805
AFAC	14	310	310	-	-
Outras Obrigações		-	1.071	-	-
Total passivo não circulante		54.518	269.866	-	237.805
Patrimônio Líquido					
Capital Social	17	146.429	146.429	145.909	145.909
Reserva de lucro		7.506	7.506	653	653
Lucros/ (Prejuízo) Acumulados		-	-	-	-
Total patrimônio Líquido		153.935	153.935	146.562	146.562
Total do passivo e patrimônio Líquido		273.761	510.607	197.829	501.849

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2015
Receita Operacional Líquida	18	-	62.186	-	30.639
Custo dos serviços					
Multa sobre ressarcimento - CCEE	19	-	-	-	(1.767)
Custo de depreciação das Usinas		-	-	-	-
Encargos de uso de rede	19	-	(5.632)	-	(2.053)
Resultado Bruto		-	56.555	-	26.819
Despesas Operacionais					
Despesas Administrativas	21	(660)	(8.769)	(757)	(1.939)
Amortização e depreciação		-	(13)	-	(4)
Despesas Tributárias		-	(183)	-	(513)
Outras receitas e despesas	20	(118)	3.393	-	(1.928)
Recuperação de despesas				1.472	
Resultado das participações societárias	7	15.686	-	(175)	-
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		14.909	50.983	541	22.434
Despesas Financeiras		(12.216)	(40.149)	(6.494)	(24.960)
Receitas Financeiras		6.294	431	5.849	3.941
Resultado Financeiro	22	(5.922)	(39.719)	(645)	(21.019)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		8.987	11.265	(105)	1.415
Imposto de Renda e contribuição social	23	-	(2.278)	(19)	(1.538)
Lucro/(Prejuízo) do Período		8.987	8.987	(124)	(124)
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)		0,0614	0,0614	(0,0008)	(0,0008)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controlador a	Consolidad o	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	8.987	8.987	(124)	(124)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	8.987	8.987	(124)	(124)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucro			Lucro (Prejuízos)Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	105.500	74	703	777	-	106.277
Aumento de Capital	40.409	-	-	-	-	40.409
Aumento de capital integralizado	40.929	-	-	-	-	-
Aumento de capital a integralizar	(520)	-	-	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	(124)	(124)
Incorporação do Prejuízo	-	-	(124)	(124)	124	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	145.909	74	579	653	-	146.562
Aumento de Capital	520	-	-	-	-	520
Lucro/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro	-	-	-	-	8.987	8.987
Constituição de reserva legal	-	449	-	449	(449)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.134)	(2.134)
Lucros retidos a deliberar	-	-	6.403	6.403	(6.403)	-
	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2016	146.429	523	6.982	7.506	-	153.935

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro (Prejuízo) do Exercício		8.987	8.987	(124)	(124)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais					
Resultado em equivalência patrimonial		(15.686)	-	175	-
Despesas Financeiras - Provisão de Juros		-	22.046	-	3.965
Depreciação e amortização		-	13	-	4
Variações em:					
(Aumento) / redução em adiantamento a fornecedores	5	(52)	(91)	-	(248)
(Aumento) / redução nas despesas a apropriar (circulante)	6	-	(1.032)	-	1.120
(Aumento) / redução nas despesas antecipadas (não circulante)		-	-	-	36
(Aumento) / redução nas partes relacionadas (circulante)		-	-	(50.189)	(28)
(Aumento) / redução nas partes relacionadas (não circulante)		-	-	-	2
(Aumento) / redução no contas a receber	10	-	(449)	-	(5.247)
(Aumento) / redução em dividendos a receber		(3.074)	-	-	-
(Aumento) / redução em outros ativos		(503)	(696)	(229)	(990)
Aumento / (redução) em fornecedores	10 e 11	11	595	13	(13.816)
Aumento / (redução) em impostos e contribuições	12	(6)	71	32	(469)
Aumento / (redução) em outras obrigações		-	1.071	-	1.102
(Aumento) / redução em Dividendos a pagar	14	-	-	-	(264)
Recursos provenientes das atividades operacionais		(10.324)	30.515	(50.322)	(14.957)
Juros pagos sobre Financiamento		-	(43.623)	-	(17.411)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		(10.324)	(13.108)	(50.322)	(32.368)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Aumento) / redução em investimentos	7	(49.981)	-	-	-
Aumento de capital nos investimentos		-	-	(39.816)	-
Aquisições / (baixa) de intangível	9	-	-	-	4.706
Aquisições de imobilizado	8	-	(5.692)	-	(125.170)
Recursos aplicados nas atividades de investimento		(49.981)	(5.692)	(39.816)	(120.464)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamento com partes relacionadas	14	12.326	7.244	50.424	47.891
Emissão de Debêntures	15	59.340	59.339	-	-
Recebimento de Empréstimos	13	-	-	-	233.843
Pagamento de Empréstimos	13	-	(47.335)	-	(182.300)
AFAC		(4.100)	310	-	-
Dividendos pagos	14	(439)	(439)	-	-
Aumento de capital social		520	520	40.409	40.409
Caixa proveniente das atividades de financiamento		67.647	19.639	90.833	139.843
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		7.342	838	695	(12.989)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		697	20.905	2	33.894
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.039	21.743	697	20.905
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		7.342	838	695	(12.989)

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

1

Informações gerais

A Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 13 de fevereiro de 2014, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas encontram-se em no início de suas operações e no decorrer desta fase, as suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio ou garantia das controladoras direta e indireta. A atividade da Companhia é garantida e, quando necessário, financiada por seus acionistas.

As participações diretas detidas são as seguintes:

	% Participação 31/12/2016
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Reduto S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica São João S.A	100,00%

Autorização do Parque Eólico Reduto

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 230 de 13 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 18 Unidades Geradoras, totalizando 28.800 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16 de abril de 2012 e o término em 16 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 18 Unidades Geradoras, totalizando 28.800 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Autorização do Parque Eólico Carnaúba

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 204 de 5 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 17 Unidades Geradoras, totalizando 27.200 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico São João

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 173 de 22 de março de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 18 Unidades Geradoras, totalizando 28.800 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26 de março de 2012 e o término em 26 de março de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Contratos de Energia de Reserva - CER

As controladas firmaram em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92/MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de julho de 2014 a 1º de abril de 2015 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva – CER Nº 165/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

A construção das usinas está concluída por parte das controladas, porém, ficou pendente a criação da rede de transmissão, que está sob responsabilidade do governo. De acordo com o contrato firmado entre a companhia e a CCEE, a companhia pode começar a faturar a CCEE, a partir do momento em que receber a declaração de Apta pela ANEEL. As companhias receberam tal declaração em 26 de junho de 2015 (Reduto) e em 30 de junho de 2015 (Carnaúba, Santo Cristo, São João).

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância – 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 30% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais diretrizes contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras da Controladora foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de janeiro de 2017.

(b) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Uso de estimativas e julgamentos nas Controladas

Conforme mencionado na Nota 1, as usinas construídas pelas controladas receberam a declaração de apta em 26 de junho 2015 (Reduto) e em 30 de junho de 2015 (Carnaúba, Santo Cristo, São João), entretanto não iniciaram a produção porque a construção da rede de transmissão, que está sob responsabilidade do governo, ainda não foi concluída.

Em aplicação do Contrato de Energia de Reserva (CER), a receita que corresponde aos MWh contratuais é devida e já está sendo faturada. Adicionalmente, enquanto a ligação das usinas com a rede de transmissão ainda não for efetiva, as turbinas estão colocadas numa posição de preservação diminuindo os efeitos dos ventos e todas as peças de rotação e as peças de desgaste se encontram paradas. A manutenção de conservação mantém a turbina em condições de equipamento novo até à ligação à rede e o início da produção.

Neste contexto, enquanto a usina não estiver conectada à rede de transmissão, a Companhia optou por depreciar o Ativo Fixo pelo método das unidas produzidas tal como definido no parágrafo 62 do CPC 27 – Ativo Imobilizado e no parágrafo 98 do CPC 4 – Ativo Intangível, considerando que este método é o mais adequado no momento para refletir o padrão de consumo pela Companhia dos benefícios econômicos futuros.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Os ativos fixos serão depreciados linearmente com base em vida útil estimada de 25 anos, a partir da data da conexão à rede de transmissão. A aplicação de um método de depreciação linear com base em vida útil de 25 anos a partir da declaração de apta resultaria num custo de R\$ 18.527 no exercício findo em 31 de dezembro (R\$ 9.702 exercício no findo em 31 de dezembro exercício de 2015).

(e) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, aprovado pelo CFC (NBC TG 36 - R2) e abrangem a Controladora e suas controladas, conforme apresentado em Nota 1.

As principais práticas de consolidação adotadas são as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e suas controladas, bem como dos saldos das contas mantidas entre as controladas.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. O controle é geralmente acompanhado de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantidos para venda" e é então contabilizado de acordo com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia investidora no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada,

Qualquer valor acima do custo de aquisição sobre a participação no capital da Companhia investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da Companhia controlada na data de aquisição, é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação de capital no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Os requisitos do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento de uma perda por *impairment* em relação ao investimento numa controlada. Se necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo goodwill) é testado para determinar a *impairment* de acordo com o CPC 01- *impairment*

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

de Ativos (equivalente a CPC 1 - R1), como um único ativo, através da comparação de sua deficiência (maior do que o valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por *impairment* reconhecida é adicionado ao valor contábil do investimento.

Qualquer reversão dessa desvalorização é reconhecida de acordo com o CPC 1 - R1 na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear ou baseando-se no método das unidades produzidas, A norma prevê que o método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício.

A depreciação dos ativos da Companhia é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados – 5 anos.

No caso específico das usinas das Controladas, a depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método das unidades produzidas, entre a data de recebimento da declaração de apta e a data de conexão à rede de distribuição. A partir desta data, a depreciação é reconhecida pelo método linear no prazo de 25 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas/(despesas)", na demonstração do resultado.

3.4 Ativos intangíveis

3.4.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.4.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos são reconhecidos se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros prováveis;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo;
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

3.4.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2016, não constatamos existência da evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

3.6 Custos de financiamentos e empréstimos

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de alguns ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estiverem prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com financiamentos e empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

3.8 Tributação

3.8.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%
Imposto Sobre Serviços	ISS	5%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

3.8.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8 % e 12 % da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32 % e 100 %, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, a companhia não registrou imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo. A companhia estará realizando estudos de resultados tributável para os próximos exercícios para determinar a possibilidade de registro contábil de crédito tributário sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

3.9 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a sociedade e suas controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da sociedade e suas controladas em conjunto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o resultado de sua execução é estimado de forma confiável e quando são satisfeitas as seguintes condições: (i) o valor da receita é mensurado de forma confiável, (ii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluam para a Companhia, (iii) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável e (iv) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

3.11 Instrumentos financeiros

3.11.1 Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e adiantamento a fornecedores. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

Risco de crédito

Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades da Companhia. Todas as operações da sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos, no entanto, caso a sociedade necessite de investimentos de entidades financeiras pode correr risco de liquidez devido à fase pré-operacional em que se encontra.

Mensuração subsequente dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros a *valor justo* por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.11.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como fornecedores e outras obrigações, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Financiamentos e empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

- **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros *a valor justo por meio do resultado* incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Baixa dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.11.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.11.4 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

(i) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Até 2014, os recursos financeiros para investimentos de construção de suas controladas foram obtidos através apenas dos aportes de capital realizados pela Companhia, a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 2015, as Controladas obtiveram financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tais recursos tiveram o objetivo de suprir parte do investimento a ser realizado, em adição aos aportes das companhias controladoras. Esses investimentos deverão ser realizados até que as controladas estejam totalmente em operação e passem a gerar caixa.

Eventual excesso de caixa disponível pela controladora ou controladas é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(ii) Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realiza-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalente de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Desta forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

(iii) Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros do grupo por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos conforme o balanço patrimonial				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	8.039	21.743	697	20.905
Contas a receber	-	5.695	-	5.247
	8.039	27.438	697	26.152
Passivos conforme o balanço patrimonial				
Circulante				
Fornecedores	36	3.284	25	1.428
Empréstimos a pagar	-	16.239	-	45.738
Debêntures	5.132	5.132	-	-
Partes relacionadas	60.115	60.422	50.771	51.072
	65.282	85.077	50.796	98.238
Não Circulante				
Empréstimos LP	-	214.277	-	253.689
Debêntures	54.208	54.208	-	-
	54.208	268.485	-	253.689

(iv) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou reduzidos a valor recuperável ("impaired") é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

(v) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

(b) Riscos regulatórios

A atividade da companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.12. Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- (i) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

- (ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.
- (iii) IFRS 16 – Leases – Com vigência em 1º de janeiro de 2019, essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A administração está avaliando os possíveis impactos da adoção dessa norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos conta movimento	10	697	13.121	6.841
Aplicações financeiras (CDB)	8.029	-	8.622	14.064
Total Caixa e equivalentes de caixa	8.039	697	21.743	20.905

Em 31 de dezembro de 2016, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) incluem juros auferidos variando de 101,30% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os CDBs têm rendimento médio superior ao rendimento das compromissadas, porém a Companhia efetua operações de curto prazo (inferior a 20 dias úteis) por meio de operações compromissadas levando em consideração a isenção de IOF, o que não ocorre no caso dos CDBs.

5. Adiantamentos a fornecedores

O saldo da conta de adiantamento a fornecedores no consolidado compreende a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 662 em 31 de dezembro de 2016 (e R\$ 571 em 31 de dezembro de 2015) para diversos fornecedores para manutenção e prestação de serviços.

6. Despesas a apropriar

O saldo da conta de despesas a apropriar compreende o pagamento de apólice de seguros para cobertura de ativos das investidas de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro no valor de R\$ 1.076 em 31 de dezembro de 2016 (e R\$ 44 em 31 de dezembro de 2015).

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

7. Investimentos

Companhias	Ações (mil)		% Participação		Ativos Totais		Passivos (Circulantes e Não Circulantes)		Patrimônio Líquido		Receitas Líquidas		Resultado do Exercício	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social Integralizado	Capital Votante										
Volltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.														
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	37.670	37.670	100%	100%	133.182	141.770	81.094	106.422	52.088	35.348	14.771	7.119	575	(2.344)
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	36.339	36.339	100%	100%	125.159	126.928	65.807	90.322	59.352	36.606	15.673	7.706	5.057	204
Usina de Energia Eólica São João S.A.	35.703	35.703	100%	100%	122.094	115.128	73.212	78.489	48.881	36.638	16.124	7.771	5.827	1.178
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	36.938	36.938	100%	100%	132.245	124.702	80.565	86.960	51.680	37.742	16.688	8.043	4.228	786
Total Investimento					512.680	508.528	300.678	362.193	212.002	146.335	63.256	30.639	15.686	(175)

Em setembro de 2016, a companhia efetuou o aumento de capital social de suas controladas, sendo uma parte destinado a formação de capital social e outra parte destinado a formação de Reserva de Capital, que futuramente poderá ser resgatada. No ano de 2016, houve o resgate de R\$ 3.432, conforme demonstrado abaixo:

Companhias	Aumento de Capital Social	Reserva de Capital	Valor resgatado	Saldo reservas
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	10	17.190	(1.035)	16.155
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	10	20.090	(1.210)	18.880
Usina de Energia Eólica São João S.A.	10	8.290	(500)	7.790
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	10	11.391	(686)	10.705
	40	56.961	(3.432)	53.529

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

8. Imobilizado

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em Operação				
Geração	464.841	464.841	459.672	459.672
<i>Total do imobilizado em operação</i>	<i>464.841</i>	<i>464.841</i>	<i>459.672</i>	<i>459.672</i>
Bens em operações				
Edificações/Obras Civis	384	381	0	0
Equipamento de informática	16	12	14	14
Instalações	170	166	37	37
Moveis e utensílios	26	24	19	19
<i>Total dos bens em operações</i>	<i>596</i>	<i>582</i>	<i>69</i>	<i>69</i>
Total do imobilizado	465.437	465.422	459.741	459.741

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Depreciação / amortização	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Depreciação / amortização	Valor líquido em 31/12/2016
Imobilizado em operação							
Geração	334.521	125.151	-	459.672	5.170	-	464.841
Total do imobilizado em operação	334.521	125.151	-	459.672	5.170	-	464.841
Bens em operações							
Edificações/Obras Civis	-	-	-	-	384	(4)	381
Equipamento de informática	6	10	(2)	14	-	(3)	12
Instalações	0	38	(1)	37	132	(4)	166
Moveis e utensílios	13	7	(1)	19	6	(2)	24
Total dos bens em operações	19	55	(5)	69	522	(13)	582
Total do imobilizado	334.540	125.206	(5)	459.741	5.692	(13)	465.422

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear ou baseando-se no método das unidades produzidas. A norma prevê que o método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício. A partir do início das operações, os ativos operacionais relacionados à atividade de geração, serão depreciados por taxas que levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos limitados ao prazo de autorização. As subsidiárias da São Miguel do Gostoso realizaram a reversão da depreciação do imobilizado em operação devido a Companhia não estar produzindo energia. As Companhias Usina de energia eólica Carnaúba, Usina de energia eólica Reduto, Usina de energia eólica Santo Cristo e Usina de energia eólica São João possuem a autorização para geração de energia, entretanto, os parques eólicos até o 31 de dezembro de 2016 não haviam sido interligados a rede de transmissão pela câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE), desta forma a companhia realizou a reversão de toda a depreciação reconhecida em 2015.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

9. Intangíveis

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos das investidas incorridos no exercício, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção dos parques.

10. Contas a receber e a pagar

O valor registrado no contas a receber e a pagar com a CCEE corresponde a repasse de energia após a autorização de fornecimento e os valores a serem pagos referente ao ressarcimento e a multa de 15% das investidas referente ao atraso no fornecimento conforme contrato. O saldo de contas a receber e a pagar apresenta a seguinte composição:

Carnaúba

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é composto do montante a receber da Câmara Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 1.330 (R\$ 1.285 em 31 de dezembro de 2015) referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a autorização de fornecimento em 30 de junho de 2015.

Os valores de ressarcimento são registrados em linha de receita operacional líquida, exceto a parcela de 15 % acima do preço vigente, que representa a penalidade, a qual é registrada na linha de custo. O pagamento deste ressarcimento foi parcelado sobre um período de 12 meses.

Reduto

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é composto do montante a receber da Câmara Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 1.411 (R\$ 1.300 em 31 de dezembro de 2015) referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a autorização de fornecimento de 26 de junho de 2015.

Os valores de ressarcimento são registrados em linha de receita operacional líquida, exceto a parcela de 15 % acima do preço vigente, que representa a penalidade, a qual é registrada na linha de custo. O pagamento deste ressarcimento foi parcelado sobre um período de 12 meses.

Santo Cristo

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é composto do montante a receber da Câmara Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 1.502 (R\$ 1.384 em 31 de dezembro de 2015) referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a autorização de fornecimento de 30 de junho de 2015.

Os valores de ressarcimento são registrados em linha de receita operacional líquida, exceto a parcela de 15 % acima do preço vigente, que representa a penalidade, a qual é registrada na linha de custo. O pagamento deste ressarcimento foi parcelado sobre um período de 12 meses.

São João

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é composto do montante a receber da Câmara Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 1.452 (R\$ 1.337 em 31 de dezembro de 2015) referente a receita fixa de geração de energia eólica, após a autorização de fornecimento de 30 de junho de 2015.

Os valores de ressarcimento são registrados em linha de receita operacional líquida, exceto a parcela de 15 % acima do preço vigente, que representa a penalidade, a qual é registrada na linha de custo. O pagamento deste ressarcimento foi parcelado sobre um período de 12 meses.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

11. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Materiais e serviços	36	25	3.284	1.428
Total Fornecedores	36	25	3.284	1.428

12. Impostos e contribuições

O saldo de impostos e contribuições apresenta a seguinte composição:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ISS a recolher	-	-	103	39
IRPJ a pagar	-	-	427	542
CSLL a pagar	-	-	250	255
PIS	4	4	78	0
COFINS	23	26	364	0
INSS a recolher	-	0	302	317
Outros impostos a recolher	0	1	206	506
Total	26	32	1.730	1.659

13. Empréstimos

Descrição	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
BNDES	241.166	299.427
Bradesco	-	-
Projeto Social	(104)	-
Custos do empréstimo a amortizar	(10.547)	-
	-	-
Total	230.516	299.427

Total circulante	16.239	45.738
Total não circulante	214.277	253.689

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

A composição dos empréstimos por empresa no exercício é a seguinte:

Investida	Valor contratado	Valor liberado	Vigência do contrato	Custo da dívida	31/12/2016 (Consolidado)					31/12/2015 (Consolidado)					
					Encargos		Principal			Encargos		Principal			Total
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Itaú	Reduto	37.000	36.017	08/08/2015-10/12/2015	CDI +2,2%	-	-	-	-	-	795	-	11.224	-	12.019
Santander	Reduto	37.000	36.017	08/08/2015-10/12/2015	CDI +2,2%	-	-	-	-	-	795	-	11.225	-	12.020
BNDES	Reduto	30.000	30.006	24/08/2015-15/11/2031	TJPL+2,18%	101	-	1.933	26.905	28.939	-	106	1.906	28.431	30.443
BNDES	Reduto	40.000	34.007	24/08/2015-15/11/2031	TJPL+2,18%	114	-	2.191	30.493	32.798	-	120	2.160	32.221	34.502
BNDES	Santo Cristo	31.000	27.802	24/08/2015-15/11/2031	TJPL+2,18%	104	-	1.998	27.802	29.904	-	106	1.906	28.431	30.442
BNDES	Santo Cristo	40.000	26.907	24/08/2015-15/11/2031	TJPL+2,18%	100	-	1.933	26.907	28.940	-	110	1.969	29.378	31.458
Itaú	Carnaúba	37.500	36.502	08/08/2015-03/12/2015	CDI +2,2%	-	-	-	-	-	745	-	10.106	-	10.851
Santander	Carnaúba	37.500	36.502	08/08/2015-10/12/2015	CDI +2,2%	-	-	-	-	-	744	-	10.105	-	10.849
BNDES	Carnaúba	34.000	28.431	24/08/2015-15/11/2031	TJPL+2,18%	114	-	2.191	30.493	32.798	-	106	1.906	28.431	30.443
BNDES	Carnaúba	40.000	32.221	24/08/2015-15/11/2031	TJPL+2,18%	101	-	1.933	26.906	28.940	-	120	2.160	32.221	34.502
BNDES	São João	28.000	26.535	24/08/2015 - 15/11/2031	TJPL+2,18%	94	-	1.804	25.113	27.011	-	99	1.779	26.535	28.413
BNDES	São João	40.000	31.275	24/08/2015 - 15/11/2031	TJPL+2,18%	111	-	2.127	29.596	31.834	-	117	2.097	31.274	33.487
Projeto Social	Controladas	-	-	24/08/2015 - 15/11/2031	-	-	-	(104)	-	(104)	-	-	-	-	-
Custos do empréstimo a amortizar	Controladas	-	-	24/08/2015 - 15/11/2031	-	-	-	(606)	(9.941)	(10.547)	-	-	-	-	-
Total						839	-	15.400	214.277	230.516	3.079	885	58.543	236.921	299.427

Contratos Itaú e Santander

A finalidade destes recursos é o financiamento da implantação das centrais eólicas de Carnaúba, Reduto, Santo Cristo e São João e a correspondente instalação de linhas de transmissão. Nestes contratos, Voltalia do Brasil e a Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A prestam aval na condição de coobrigados solidariamente responsáveis com Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A, Usina de Energia Eólica Reduto S.A, Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A e Usina de Energia Eólica São João S.A por todas as obrigações contratuais. A Voltalia S.A. deu uma Garantia Corporativa a primeira demanda.

As investidas (*contratantes*) concederam a cessão fiduciária de direitos creditórios sobre todos os direitos e créditos de titularidade de sua propriedade decorrentes da construção da usina eólica (contratos de Energia, contratos de projetos, ...).

As investidas (*contratantes*) concederam aos bancos a cessão fiduciária da totalidade de suas ações de titularidade da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A., bem como todos os direitos, valores, frutos, rendimentos..., inclusive dividendos (excluído o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado) ou juros sobre capital

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

próprio, bem como o direito de subscrição de novas ações representativas das companhias Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A, Usina de Energia Eólica Reduto S.A, Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A e Usina de Energia Eólica São João S.A.

As investidas (*contratantes*) também transferiram aos bancos a propriedade fiduciária resolúvel a título de garantia dos bens moveis de sua propriedade para a implantação da usina eólica.

Contrato BNDES

O financiamento possui taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de dezembro de 2015 e a última em 15 de novembro de 2031. São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o índice foi de 2,29. Adicionalmente a companhia realiza a emissão das cartas fianças onde as mesmas foram contabilizadas no cálculo do TIE e projetadas para o futuro no montante total de R\$ 12.934.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

14. Saldos e transações com partes relacionadas

As investidas possuem mútuos com as Companhias do grupo Voltalia como segue:

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015			31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Circulante												
Voltalia S.A.	-	6.798	(1.009)	-	7.659	(591)	-	6.798	(1.009)	-	7.659	(591)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	22.213	(2.556)	-	17.875	(2.073)	-	22.520	(4.307)	-	18.176	(2.073)
Voltalia Areia Branca I Participações	-	-	-	-	-	(650)	-	-	-	-	-	(650)
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	28.969	(3.905)	-	25.237	(3.733)	-	28.969	(3.905)	-	25.237	(3.733)
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	13.451	-	1.818	14.062	-	2.210	-	-	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	1.201	-	-	89	-	132	-	-	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica São João S.A.	11.239	-	1.415	12.212	-	1.737	-	-	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	22.521	-	3.042	24.077	-	2.954	-	-	-	-	-	-
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participação		2.134	-	14	439	-	-	2.134	-	28	439	-
Total Circulante	48.412	60.115	- 1.195	50.454	51.210	(14)	-	60.422	(9.220)	28	51.512	(7.047)
Não Circulante												
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	1.470	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica São João S.A.	1.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participação	-	310	-	-	-	-	-	310	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	890	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Não Circulante	4.460	310	-	50	-	-	-	310	-	-	-	-
Total	52.872	60.425	-1.195	50.504	51.210	(14)	-	60.732	(9.220)	28	51.512	(7.047)

A finalidade destas dívidas é o financiamento da construção das usinas eólicas

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

15. Debêntures

O Grupo emitiu R\$ 57 milhões com valor nominal de R\$ 1.000 cada em 08 de março de 2016 para o Itaú Unibanco S.A, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2028. As debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial e pagam juros anuais de 8,1914% a.a base de 252 dias úteis. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre, no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Ao final de cada período de capitalização será calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por dias úteis de acordo com a fórmula:

$$J = VNa * (\text{Fator Juros} - 1)$$

J – Valor unitário dos juros Remuneratórios devidos ao final de cada período de capitalização, calculando com 8 casas decimais sem arredondamento;

VNa – Valor nominal unitário atualizado calculando com 8 casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros – fator juros fixos calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

A companhia emitiu as debêntures em conexão com contratos de empréstimo do BNDES a suas controladas, sendo que a Voltalia São Miguel do Gostoso S.A ofereceu as garantias para obtenção dos empréstimos. Os valores referentes às Debêntures foram repassados para suas controladas através de aumento de capital, sendo uma parte destinado à formação de capital social e outra parte destinado à formação de Reserva de Capital, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

16. Contingências

A Companhia e as controladas não possuem ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social da Companhia é de 146.429.114 ações sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, e tinha a seguinte distribuição em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Quantidade</u> <u>quotas</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S/A	146.429.114	100%	146.429	100%
Total	146.429.114	100%	146.429	100%

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

17.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei. O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação. O lucro do exercício 2016 e a sua destinação está demonstrado abaixo:

	31/12/2016
Lucro líquido apurado no exercício	8.987
Constituição da reserva legal - 5%	- 449
	8.537
Destinação do lucro:	8.537
Dividendos mínimos obrigatórios	2.134
Lucros retidos a deliberar	6.398

18. Receita Operacional Líquida

O valor registrado na receita operacional líquida corresponde aos valores a receber da CCEE descontadas dos impostos incidentes na receita. O saldo da receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (carnaúba)	15.331	10.709
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (Reduto)	16.267	11.362
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (Santo Cristo)	17.320	12.098
Receita Bruta de fornecimento - CCEE (são João)	16.735	11.689
Ressarcimento - CCEE (carnaúba)	(250)	(3.320)
Ressarcimento - CCEE (Reduto)	(265)	(3.364)
Ressarcimento - CCEE (Santo Cristo)	(282)	(3.750)
Ressarcimento - CCEE (são João)	(273)	(3.624)
Tributos Sobre Receita (carnaúba)	(560)	(270)
Tributos Sobre Receita (Reduto)	(594)	(292)
Tributos Sobre Receita (Santo Cristo)	(632)	(305)
Tributos Sobre Receita (são João)	(611)	(294)
Total	62.186	30.639

Em 2016, foi constituída a provisão para ressarcimento no montante de R\$ 1.071 que será paga a CCEE ao final do quadriênio. Tal ressarcimento refere-se à insuficiência de geração de energia entre os 90% e 100% definidos no contrato, conforme mencionado em Nota 1.

19. Custo

Descrição	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Multa s/ Ressarcimento - CCEE	-	1.767
Penalidades Contratuais	-	-
Encargos de uso de rede	5.632	2.053
	5.632	3.820

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

O montante registrado na rubrica de Encargos de uso de rede refere-se ao Custo de Uso do Sistema de Transmissão, pago durante o ano. Este encargo passa a ser pago a partir do momento que a Usina passa a receber receita.

20. Outras receitas e Despesas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição Sindical	-	-	121	-
Cartório	26	-	77	58
Combustíveis e Lubrificantes	-	-	45	54
Passagens	7	-	161	53
Seguros	-	-	769	30
Reembolso Contratual	-	-	(5.000)	-
Outras	85	-	435	1.733
Total	118	-	(3.393)	1.928

¹ Reembolso referente ao atraso na entrega da usina, conforme contrato firmado entre a companhia e a Acciona.

21. Despesas Administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de terceiros	-	-	-	-
Serviços de Auditoria	39	31	280	311
Serviços de Assessoria/Consultoria	78	26	737	375
Serviços de Advocacia	300	30	573	68
Demais serviços	242	3	491	342
Serviços de engenharia	-	-	22	-
Serviços de segurança patrimonial	-	-	506	-
Serviço de manutenção	-	-	4.581	-
IOF	-	628	-	-
Alugueis	-	-	1.245	539
Outros	-	40	335	305
Total	660	757	8.769	1.939

22. Resultado financeiro

Descrição	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Rendimentos Aplicações financeiras	613	883
Outras receitas financeiras	125	-
Outras despesas financeiras	(1.044)	(16)
Juros sobre empréstimos	(35.321)	(21.886)
Juros sobre mutuos	(3.568)	-
Demais juros	(45)	-
IOF	(479)	-
Total	(39.719)	(21.019)

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda e contribuição social			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	8.987	(105)	11.265	(1.644)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(3.055)	36	(3.830)	559
Resultado das participações societárias	5.333	(60)	0	0
Alíquota reduzida (10%)	-	-	0	0
Apuração pelo lucro presumido	-	-	(2.278)	(1.519)
Outras diferenças	(2.278)	5	3.829	(578)
Despesa de IRPJ e CSLL	(0)	(19)	(2.278)	(1.538)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	20%	-94%

24. Cobertura de Seguros

Os seguros contratados seguem a política da sociedade no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			
		VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
SMG	CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20/05/2016 A 26/02/2017 - AUSTRAL	2.578.440
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	31/01/2016 A 11/09/2018 - ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS	93.402.000
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	31/01/2016 A 11/09/2018 - ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS	93.760.000
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	31/01/2016 A 11/09/2018 - ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS	109.504.000
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	31/01/2016 A 11/09/2018 - ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS	93.030.000
SMG	RISCOS DIVERSOS	12/06/16 a 12/06/17 - ARGO SEGUROS	180.000
SMG	RESP. CIVIL	11/09/16 a 10/09/17 - TRAVELERS	10.000.000
SMG	CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11/09/16 a 31/07/17 - AUSTRAL	1.440.000
SMG	RESP. CIVIL	12/06/16 a 12/06/17 - ARGO SEGUROS	2.000.000
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	11/09/16 a 11/09/18 - SURA	93.030.000
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	11/09/2016 A 11/09/2018 - SEGUROS SURA	93.760.000
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	11/09/2016 A 11/09/2018 - ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS	109.504.000
SMG	RISCOS DE ENGENHARIA	11/09/16 a 11/09/18 - SURA	93.402.000

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.